

Demonstrações Financeiras

Joinville Shopping Participações S.A.

31 de dezembro de 2024

Com Relatório do Auditor Independente

Joinville Shopping Participações S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Shape the future
with confidence

Tarumã Office
Rua 7 de Setembro, 1600
13º andar - Salas 1302 e 1303 - Centro
89010-204 - Blumenau - SC - Brasil
Tel: +55 47 2111-0700
Fax: +55 47 2111-0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores do
Joinville Shopping Participações S.A.
Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Joinville Shopping Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.





**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do valor justo das propriedades para investimento

Em 31 de dezembro de 2024, conforme Nota Explicativa 9, o saldo de propriedade para investimento, mensuradas ao seu valor justo, totalizava R\$ 724.297 mil, representando 98% do total do ativo da Companhia. As metodologias e modelagens utilizadas para a determinação do valor justo envolveram julgamento significativo e foram baseadas em premissas adotadas pelos avaliadores externos contratados que suportaram a Companhia, as quais incluem o desempenho atual e histórico dos contratos com locatários, projeções de receitas futuras de aluguel, condições de mercado, taxas de ocupação e taxas de desconto, dentre outros.

Consideramos como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos montantes envolvidos em relação ao total do ativo, ao patrimônio líquido, e aos efeitos dos ajustes ao valor justo no resultado do exercício, além das incertezas inerentes à estimativa de valor justo, ao elevado grau de julgamento associado ao assunto e à determinação das principais premissas descritas na Nota Explicativa 9. Uma mudança em alguma dessas premissas poderia gerar um impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) o envolvimento de especialistas em modelos de valorização para nos auxiliar na análise e revisão das metodologias, e modelos utilizados pela Diretoria, na avaliação das premissas que suportaram as projeções que determinaram o plano de negócios, orçamento, estudos técnicos e análises do valor justo das propriedades para investimento; (b) a avaliação da razoabilidade e consistência dos dados e das premissas utilizados na preparação desses documentos, incluindo taxas de crescimento, taxas de desconto, risco país e projeções de fluxo de caixa, dentre outros, conforme fornecidos pela Diretoria da Companhia e avaliadores externos, comparando com informações externas de mercado, bem como com as próprias premissas aprovadas pela Diretoria na elaboração de seu plano de negócios e com outras estimativas efetuadas pela Companhia; (c) a verificação da exatidão dos cálculos aritméticos das projeções; (d) a comparação da assertividade de projeções realizada em períodos anteriores em relação ao desempenho atingido pela Companhia no exercício; (e) a análise de informações que pudessem contradizer as premissas mais significativas e as metodologias selecionadas; (f) a análise da sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento do valor justo, considerando outros cenários e premissas, com base em dados de mercado; (g) a comparação do valor justo adotado pela diretoria, com base no fluxo de caixa descontado, com o valor contábil da propriedade para investimento; e (h) a avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras.





**Shape the future
with confidence**

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo da propriedade para investimento, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas considerados para a determinação do valor justo dessa propriedade para investimento adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 9, são adequadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidade da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.





**Shape the future
with confidence**


- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 27 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC- SC-000048/F


Fabiano Agostini
Contador CRC-SC-029999/O

Joinville Shopping Participações S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<u>ATIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>		7.724	16.717
Caixa e equivalentes de caixa	5	119	9.889
Contas a receber	6	6.727	6.671
Outros ativos		878	157
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		728.874	695.621
Contas a receber	6	175	167
Contas a receber de partes relacionadas	7	3.041	2.753
Outros ativos		64	18
Investimentos - participação em sociedades	8	564	309
Propriedades para investimento	9	724.297	691.430
Imobilizado		733	944
ATIVO TOTAL		736.598	712.338
<u>PASSIVO</u>			
<u>CIRCULANTE</u>		4.103	1.218
Empréstimos e financiamentos	10	2.992	417
Fornecedores		760	221
Tributos e contribuições sociais a recolher	11	351	580
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		461.080	391.624
Empréstimos e financiamentos	10	254.864	196.334
Tributos e contribuições sociais a recolher	11	-	35
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	204.506	193.626
Provisão para contingências	13	1.710	1.629
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	14	271.415	319.496
Capital social		198.046	196.386
Ajuste de avaliação patrimonial		45.221	45.221
Reserva legal		5.738	4.362
Reserva de lucros		22.410	73.527
PASSIVO TOTAL E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		736.598	712.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Joinville Shopping Participações S.A.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	15	29.024	28.378
CUSTOS OPERACIONAIS	16	(236)	(208)
LUCRO BRUTO		28.788	28.170
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Vendas, administrativas e gerais	17	(1.164)	(2.489)
Ganho com valor justo de propriedades para investimento	9	31.999	63.679
Equivalência patrimonial	8	8.496	8.303
Depreciação		(211)	(147)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18	(58)	(5.200)
		39.062	64.146
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		67.850	92.316
Resultado financeiro	19	(29.457)	(28.534)
		(29.457)	(28.534)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		38.393	63.782
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	(2.477)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(10.880)	(15.690)
		(10.880)	(18.167)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		27.513	45.615
Quantidade de ações	14	198.046.281	196.386.236
Resultado básico e diluído por ação		0,14010	0,23227

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Joinville Shopping Participações S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	27.513	45.615
Outros resultados abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>27.513</u>	<u>45.615</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Joinville Shopping Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

Descrição	Nota	Reserva de Lucros						Total
		Capital social	Reserva legal	Capital a integralizar	Ajuste de avaliação patrimonial	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	14	181.043	2.082	(970)	46.788	-	50.803	279.746
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	16.313	-	16.313
Aumento de capital		15.343	-	970	-	(16.313)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	45.615	45.615
Reserva Legal		-	2.280	-	-	-	(2.280)	-
Dividendo mínimo pago (2022)		-	-	-	-	-	(7.342)	(7.342)
Dividendo mínimo destacado e pago (2023)		-	-	-	-	-	(10.834)	(10.834)
Dividendos propostos e pagos antecipadamente		-	-	-	-	-	(4.002)	(4.002)
Ajuste avaliação patrimonial		-	-	-	(1.567)	-	1.567	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	14	196.386	4.362	-	45.221	-	73.527	319.496
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	1.660	-	1.660
Aumento de capital		1.660	-	-	-	(1.660)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	27.513	27.513
Reserva Legal		-	1.376	-	-	-	(1.376)	-
Dividendo mínimo destacado e pago (2024)		-	-	-	-	-	(6.534)	(6.534)
Dividendos propostos e pagos antecipadamente		-	-	-	-	-	(70.720)	(70.720)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	14	198.046	5.738	-	45.221	-	22.410	271.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Joinville Shopping Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos	38.393	63.782
Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa		
Ganho com valor justo sobre propriedade para investimento	(31.999)	(63.679)
Equivalência patrimonial	(8.496)	(8.300)
Depreciação e amortização	211	147
Atualização de tributos parcelados	15	10
Provisão para contingências	81	490
Provisão para perda esperada para risco de crédito	(183)	688
Variação monetária e juros	28.883	28.385
Perda com a venda de participação em imóvel	-	5.187
	<u>26.905</u>	<u>26.710</u>
Varição do capital circulante		
Redução no ativo		
Contas a receber	119	(1.456)
Contas a receber de partes relacionadas	(288)	(316)
Outros ativos	(767)	5.071
	<u>(936)</u>	<u>3.299</u>
Redução no passivo		
Fornecedores	539	(267)
Tributos e contribuições sociais a recolher	(279)	(2.477)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	188
Amortização de encargos financeiros s/ empréstimos	(17.381)	(23.131)
Outras contas a pagar	-	(6)
	<u>(17.121)</u>	<u>(25.693)</u>
Caixa líquido proveniente de (aplicado nas) atividades operacionais	<u>8.848</u>	<u>4.316</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de capital	1.660	16.313
Propriedades para investimento	(868)	(828)
Dividendos recebidos	8.241	8.199
Imobilizado	-	(1.021)
Venda participação em imóveis	-	8.366
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>9.033</u>	<u>31.029</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos a controladores	(77.254)	(22.178)
Empréstimos tomados	50.000	-
Amortização de empréstimos-principal	(397)	(3.880)
Caixa líquido proveniente (aplicado nas) atividades de financiamentos	<u>(27.651)</u>	<u>(26.058)</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	<u>(9.770)</u>	<u>9.287</u>
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	9.889	602
Saldo no final do exercício	<u>119</u>	<u>9.889</u>
Aumento (redução) líquida no caixa e equivalentes de caixa	<u>(9.770)</u>	<u>9.287</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

a) Contexto operacional

Joinville Shopping Participações S.A.: A Companhia tem como objetivo social: (i) a compra e venda de imóveis, construídos ou não; (ii) a constituição de direito de superfície ou de outros direitos reais ou pessoais análogos sobre bens próprios para fins de exploração comercial de terceiros; (iii) a administração e locação de bens próprios, inclusive na modalidade “Built-to-suit” ou “Leaseback”; (iv) consultoria empresarial e estruturação de operações; (v) a participação em outras sociedades com objetivos sociais compatíveis com o da sociedade; (vi) participação e projetos de shopping centers.

A Companhia está localizada à Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277, andar 16, conjunto 1604 – Edifício Plaza Iguatemi – Jardim Paulistano – São Paulo.

A Companhia é diretamente controlada pela Almeida Junior Shopping Centers S.A. e possui como Coligada a SCP Estacionamento Garten Shopping que tem por objeto e desenvolvimento, a realização, a exploração e gestão operacional e administrativa das atividades de estacionamento de todo gênero de veículos automotores no shopping, podendo compreender inclusive os negócios de estacionamento rotativo, vallet parking e congêneres (“Estacionamento”).

b) Venda de Participação de Imóveis – Fundo AJ Malls

Em novembro de 2023, o AJ Malls Fundo de Investimento Imobiliário, constituído sob forma de condomínio fechado, realizou a aquisição de participação no Joinville Shopping, no percentual de 3,35%.

O valor total da aquisição foi de R\$ 18.261, sendo R\$ 8.206 utilizado para amortização extraordinária de debêntures (vide Nota 10), e o saldo remanescente de R\$ 10.055 foi recebido até 31 de dezembro de 2023.

Como parte dessa transação a Companhia reconheceu ainda um ganho, líquido dos efeitos tributários, de R\$ 774.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu o imposto de renda e contribuição social sobre essa operação no valor de R\$ 2.325 e será liquidado no primeiro trimestre de 2024. Ainda, em 2023 foi revertido o imposto de renda diferido passivo no montante de R\$ 5.961.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 em 27 de março de 2025.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem a legislação societária, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração da Companhia.

Estas demonstrações financeiras são divulgadas de forma individual, pois, foram apresentadas de forma consolidada nas demonstrações financeiras da controladora Almeida Junior Shopping Centers S.A., a qual apresenta suas demonstrações financeiras utilizando também as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. Em certas circunstâncias, isso pode levar a diferenças não significativas entre a soma dos números e os subtotais apresentados nos quadros.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.3 Transações e saldos em moeda estrangeira

Quando necessário, as transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. A variação cambial resultante da conversão é registrada na demonstração do resultado.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais

3.1 Reconhecimento de receita

As receitas e custos decorrem, substancialmente, da atividade de exploração de shopping center. A Companhia faz o reconhecimento das receitas consolidadas de forma proporcional a sua participação. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a receita. Os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita consolidada:

Receitas de aluguéis

O valor mínimo do aluguel estabelecido, incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários, são reconhecidos na proporção da participação indireta da Companhia em cada empreendimento, em bases lineares durante os prazos dos respectivos contratos, independente da forma de recebimento. Também são consideradas as receitas decorrentes da locação de quiosques e espaços no mall, vitrinas, espaços de mídia e de merchandising.

Os locatários das unidades comerciais pagam um aluguel que corresponde ao maior entre um valor mínimo mensal, reajustado anualmente em sua maioria com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e um montante obtido pela aplicação de um percentual sobre a receita bruta de vendas de cada locatário.

Receita de cessão de direitos de uso

Os valores de cessão de direitos de uso (luvas) são reconhecidos em bases lineares, durante o prazo do contrato de aluguel e das lojas a que se referem, a partir do início da locação, independente da forma de recebimento.

3.2 Receitas financeiras e despesas financeiras

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente, os juros auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.2 Receitas financeiras e despesas financeiras--Continuação

financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, despesas bancárias e outras transações financeiras. Tais eventos estão reconhecidos na rubrica de resultados financeiros, na demonstração do resultado.

3.3 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social são calculados com base no lucro real anual. A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240. A Contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia não registrou ativos diferidos por não haver histórico tributável. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para a diferença tributária temporária, relacionada a reavaliação de ativos e valor justo do seu empreendimento.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributável e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.3 Impostos--Continuação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- E quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social - PIS: 1,65% (não cumulativo)
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,60% (não cumulativo)

3.4 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas e outras contas a receber.

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte de suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em:

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.4 Instrumentos financeiros—Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio de resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

ii) Ativo Financeiro mantido até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e condições contratuais.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São classificados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Ativo financeiro disponível para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado e excluído do resultado do exercício quando: (a) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem ou; b) a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro. Neste caso a Companhia ainda observa se transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferiu o controle sobre o ativo.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.4 Instrumentos financeiros—Continuação

b) Passivos financeiros

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos, financiamentos e outras contas a pagar.

Os passivos financeiros da Companhia são classificados no reconhecimento inicial, como empréstimos e financiamentos ou contas a pagar. São inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.5 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.6 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios em Shopping Center mantidos para auferir receita de aluguel, para valorização de capital, ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. A Companhia registra as operações de shopping centers, como propriedades para investimento, dado que estes empreendimentos comerciais são mantidos para fins de arrendamento operacional. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo custos da transação.

Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, líquido dos efeitos de linearização relacionadas as receitas, sendo que os ganhos e perdas resultantes das alterações no valor justo das propriedades para investimento, são reconhecidas na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

O valor justo das propriedades para investimento não reflete os investimentos futuros de capital fixo que aumentem o valor das propriedades e também não refletem os benefícios futuros relacionados a esses dispêndios futuros.

O valor justo das propriedades para investimento é determinado mediante modelo de avaliação de fluxo de caixa descontado, aplicado às taxas praticadas pelo mercado, que considera premissas de mercado e histórico de rentabilidade de cada propriedade.

3.7 Investimentos em coligada

Os investimentos nas demonstrações financeiras da Companhia em sua Coligada são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na Coligada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na Coligada. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da Coligada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da Coligada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A participação nos resultados da Coligada está destacada como resultado de equivalência patrimonial na demonstração de resultado, representando a parcela do lucro líquido atribuível aos acionistas da Coligada. As demonstrações financeiras da Coligada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia e as políticas contábeis são consistentes com as adotadas pela Companhia.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.7 Propriedades para investimento--Continuação

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua Coligada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento na Coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são apresentados ao custo de aquisição. Formação ou construção, líquidos das respectivas depreciações acumuladas e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando os gastos incorridos com reparos e manutenções relevantes, os custos são reconhecidos no valor contábil do imobilizado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis, os valores mensurados confiáveis e os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais gastos de reparos e manutenção são registrados diretamente no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, como segue:

Equipamentos proc. eletrônico de dados	5 anos
----------------------------------------	--------

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.9 Custo dos empréstimos

Custos de juros, encargos financeiros e outros custos referente aos empréstimos e financiamentos obtidos e diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, até o momento da entrada em operação dos bens. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

3.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se tais evidências forem identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo líquido das despesas de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

3.11 Caixa, equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sem risco significativo de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas em equivalente de caixa, são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.12 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, em que seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como, prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais.

Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão sobre riscos prováveis é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Os riscos classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, sendo apenas divulgados, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

3.13 Capital social

As quotas são classificadas no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de quotas são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

A compra de quotas do capital pela própria Companhia (ações em tesouraria), são registradas pelo valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquido do imposto de renda), e como redutora do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia até que as quotas sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas quotas forem, subsequentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos quotistas da Companhia.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.14 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras quando proposto pela Administração da Companhia. Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendo obrigatório 25% (vinte e cinco por cento) do saldo do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das S.A.s, inclusive quando não destacado e distribuído. Sempre que o montante do dividendo ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração da Companhia poderá propor e a Assembleia Geral poderá aprovar a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

3.15 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Não se espera que a norma tenha impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atual vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e empreendimento Controlado em conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial--Continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa de taxa de câmbio.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

3. Sumário das políticas contábeis materiais--Continuação

3.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

3.16. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As seguintes normas aplicadas pela primeira vez em 2024 não tiveram impacto significativo na preparação das demonstrações financeiras da Companhia.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício ou período financeiro, são discutidas a seguir.

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia a administração fez os seguintes

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas— Continuação

Julgamentos--continuação

Julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

Provisão para perda esperada para risco de crédito

A Administração efetua provisão com base nas perdas históricas e análise individual por cliente, em especial para avaliar se há garantias que mitiguem o risco de perda. Essa análise leva em consideração, entre outros, o histórico de recebimento do cliente, sua atual situação financeira, garantias prestadas, entre outros. A finalidade dessa análise é a de assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da provisão para perda esperada para risco de crédito sobre as contas a receber da Companhia.

Valor das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, conforme requerido pelo IAS 40 / CPC 28, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas nas demonstrações do resultado. A Companhia utilizara especialistas externos para determinar o valor justo dos empreendimentos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. O especialista utilizou a técnica de avaliação com base no método de fluxo de caixa descontado, devido à falta de dados comparáveis de mercado e a natureza das propriedades.

O valor justo determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

As principais premissas adotadas para determinar o valor justo das propriedades para investimento são detalhadas na Nota 9.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é determinado como sendo o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para baixar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas— Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários e previdenciários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Na data dos balanços encontram-se registradas provisões para os assuntos identificados pela Companhia como risco de perda. Não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Não foi constituído ativo diferido de impostos de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas por não haver histórico recente de lucro tributável.

Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, previdenciárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Certificados de depósitos bancários	1	1
Aplicações financeiras	118	9.888
	<u>119</u>	<u>9.889</u>

Os investimentos de curto prazo, classificados como equivalentes de caixa, referem-se a papéis lastreados em Certificado de Depósito Interbancário (CDI), contratadas com Instituições consideradas pela Administração como de 1ª linha, cujos rendimentos estão atrelados à taxa DI com possibilidades de resgates parciais ou totais sem restrições.

As aplicações financeiras são mantidas em Banco de primeira linha com remuneração no Itaú de 97% do CDB e no Santander de 98% do CDB.

A variação dos saldos em caixa e equivalentes de caixa é devido uma ocorrência pontual em 2023, sendo que as operações usuais foram retomadas em 2024.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	11.608	11.868
Provisão para perda esperada para risco de crédito	(4.706)	(5.030)
	<u>6.902</u>	<u>6.838</u>
Circulante	6.727	6.671
Não circulante	175	167

Segue movimentação da provisão para perda esperada para risco de crédito:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	(5.030)	(4.763)
Constituição/reversão	183	(688)
Eliminação de saldos vencidos > 5 anos	141	421
Saldo Final	<u>(4.706)</u>	<u>(5.030)</u>

Os aluguéis e taxas de cessão de direito de uso a receber, representam os valores da participação percentual de 81,65%, detida pela Companhia, no empreendimento denominado Shopping Center Garten, aplicado sobre o total de contas a receber do Consórcio Joinville Garten Shopping. Tais valores são repassados à Companhia, assim que realizados pelo Consórcio Joinville Garten Shopping. Os valores de estacionamento são faturados pela SCP Garten Shopping, e o saldo refere-se à valores a receber de cartórios de crédito.

A Administração efetua provisão com base nas perdas históricas e análise individual por cliente, em especial para avaliar se há garantias que mitiguem o risco de perda. Essa análise leva em consideração, entre outros, o histórico de recebimento do cliente, sua atual situação financeira, garantias prestadas, entre outros. Assim, é política da Companhia a constituição de 100% de provisão para títulos de contas a receber de lojistas inativos e lojistas ativos vencidos a mais de 360 dias, e percentuais de 30% do valor base dos títulos de locatários ativos vencidos entre 181 e 360 dias e 20% do valor base dos títulos de locatários ativos vencidos entre 61 e 180 dias. A partir de 1º de janeiro de 2018, em atenção ao CPC 48 (IFRS 9), a Companhia passou a utilizar uma abordagem simplificada e constituir de forma prospectiva um complemento de provisão considerando as perdas esperadas em 1,2% (1,2% em 31 de dezembro de 2024), tomando como base os títulos a vencer e vencidos entre o período de 01 à 60 dias. A finalidade dessa análise é a de assegurar uma avaliação mais criteriosa na determinação da provisão para perda esperada para risco de crédito sobre as contas a receber da Companhia. Essa política é consistente com anos anteriores e o Joinville Shopping Participações S.A. não identificou qualquer necessidade de alterá-la para 2024.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber--Continuação

Contas a receber por idade de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldos vincendos	7.420	6.970
Até 30 dias	6.797	5.743
De 31 a 60 dias	67	106
De 61 a 180 dias	232	507
De 181 a 360 dias	149	394
Acima de 360 dias	175	220
Vencidos:	4.188	4.898
Até 30 dias	155	302
De 31 a 60 dias	197	361
De 61 a 180 dias	337	323
De 181 a 360 dias	737	327
Acima de 360 dias *	2.762	3.585
Saldo Final	<u>11.608</u>	<u>11.868</u>

(*) A Companhia tem como política a eliminação de saldos de contas a receber relacionados aos títulos vencidos a mais de cinco anos, porém, a baixa efetiva dos títulos ocorre apenas no momento em que se esgotam as condições de ressarcimento dos valores através dos trâmites administrativos e judiciais.

7. Contas a receber de partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Transações provenientes de shopping	<u>3.041</u>	<u>2.753</u>
	<u>3.041</u>	<u>2.753</u>

A Companhia entende que as transações entre partes relacionadas possuem características operacionais, assim, em sua Demonstração de Fluxo de caixa os efeitos são mantidos nas Atividades Operacionais. Refere-se aos recursos emprestados pelo Consórcio ao condomínio como complemento do fluxo de caixa mensal (quando necessário), ou para iniciativas de marketing efetuadas pelo fundo de promoção com o objetivo de alavancar as vendas, bem como o fluxo do shopping. Esses valores são atualizados mensalmente com base na taxa Selic e serão liquidados gradualmente, de acordo com o fluxo de caixa previsto.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

8. Investimentos – participação em sociedades

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	309	208
Equivalência patrimonial	8.496	8.300
Distribuição recebida	(8.241)	(8.199)
	<u>564</u>	<u>309</u>

Em março de 2016, o estacionamento do Joinville Garten Shopping, passou a ser operado por intermédio de uma SCP (Sociedade sob cota de participação), onde o Joinville Participações passou a contabilizar equivalência patrimonial sob o resultado da SCP. O percentual de participação que o Joinville Participações possui sobre a SCP é de 85,00%. O resultado de equivalência patrimonial no exercício foi de R\$ 8.496 (R\$ 8.300 em 31 de dezembro de 2023). Sendo que a parcela recebida a título de dividendos foi de R\$ 8.241 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 8.199 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

9. Propriedades para investimento

A avaliação pelo valor justo das propriedades para investimento foi realizada com base no método do Fluxo de Caixa de Receitas e Despesas Projetadas para determinação do valor de mercado dos empreendimentos, suportado por taxas e evidências de mercado. O valor justo está suportado por laudo de avaliação elaborado pela Jones Lang Lassale (JLL), empresa independente e especialista em avaliações a valor justo de ativos imobiliários. O valor justo não foi determinado com base em transações observáveis (Hierarquia do valor justo – Nível III) no mercado devido à natureza dos imóveis e à ausência de dados comparáveis, tendo sido aplicado um método de avaliação de capitalização de renda (fluxo de caixa descontado) – hierarquia do valor justo – grau de fundamentação II.

As principais premissas utilizadas para avaliação do valor justo pelo método de fluxo de caixa descontado, adotando o modelo nominal de projeções, das propriedades para investimento foram:

	Premissas da avaliação do valor justo 31/12/2024	Premissas da avaliação do valor justo 31/12/2023
Período de fluxo de caixa	10 anos	10 anos
Taxa de capitalização	6,75%	6,75%
Taxa de ocupação	97,0%	97,3%
CAPEX – manutenção/receita bruta	1% do resultado operacional dos shoppings	1% do resultado operacional dos shoppings
Taxa de desconto real	7,25%	7,25%
Projeções inflacionárias	3,50%	3,50%

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

9. Propriedades para investimento--Continuação

Em 31 de dezembro de 2024 o valor justo das propriedades para investimento é o seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de construção da propriedade para investimento	122.810	121.942
Ajuste do valor justo da propriedade para investimento	601.487	569.488
Propriedade para investimento ao valor justo	<u>724.297</u>	<u>691.430</u>
Propriedade para investimento ao valor justo (100%)	888.700	848.600

A seguir está demonstrada a movimentação dos saldos das propriedades para investimento, considerando o percentual de participação da Companhia sobre a propriedade:

	Propriedades para investimento
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>648.682</u>
Gastos operacionais diretos	828
Venda de participação (Nota 1b e 18) *	(21.759)
Atualização valor justo propriedades para investimento**	63.679
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>691.430</u>
Gastos operacionais diretos	868
Atualização valor justo propriedades para investimento	31.999
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>724.297</u>

*Com a operação de venda de participação do Garten Shopping ocorrida em dezembro de 2023, o valor de 8.206 não teve efeito caixa, sendo o montante destinado para pré-pagamento da debênture da Controladora Almeida Junior Shopping Centers S.A., e registrado como dividendos distribuídos.

** Valor refere-se ao ajuste do valor justo das propriedades para investimentos proporcional ao percentual de venda de participação ocorrida em dezembro de 2023.

Não há restrições sobre a capacidade de realização das propriedades para investimento da Companhia. Desta forma, a Companhia pode comprar, construir, realizar melhorias ou desenvolver propriedades para investimento.

De acordo com o método de fluxo de caixa descontado, o valor justo é estimado utilizando as premissas referentes aos benefícios e passivos da titularidade em relação à vida dos ativos, incluindo valor de saída ou final. Esse método envolve a projeção de uma série de fluxo de caixa sobre participação em bens imóveis. Para essa série de fluxo de caixa descontado é aplicada uma taxa de desconto derivada do mercado para constituir o valor presente do fluxo de receita associado com o ativo. A taxa final é normalmente apurada separadamente e difere da taxa de desconto.

A duração do fluxo de caixa e a época específica de fluxo de entrada e saída são determinadas por eventos tais como revisões de aluguel, renovação de arrendamento e

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- (a) Em 09 de setembro de 2020 a Companhia realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em duas séries (CRI 114 e CRI 115), para colocação privada. Sendo o *covenant* financeiro deste contrato, calculado trimestralmente (a partir de dezembro de 2021): sobre os saldos consolidados, índice igual ou inferior a 4,75x resultado do cálculo Dívida Líquida/Ebitda, sem considerar efeitos de ajuste ao valor justo das propriedades de investimento; ainda que não atinja o índice, caso a dívida seja inferior a R\$1.225.000, não será caracterizado *default*. Em setembro de 2024, a Companhia realizou a renegociação desses instrumentos financeiros, resultando em novas taxas de juros e prazos de pagamento. Essas renegociações foram tratadas dentro do escopo na norma do IFRS 9 - CPC 48, que determina o reconhecimento dos impactos de uma modificação no do fluxo de caixa do instrumento financeiro renegociado, com consequente ajuste da taxa efetiva dos respectivos instrumentos, com tratamentos contábeis distintos a depender das condições da renegociação. A renegociação da série 114 foi classificada como uma modificação, resultando em um impacto de receita de R\$806 mil, enquanto a renegociação da série 115 foi classificada como uma extinção, resultando em um impacto de despesa de R\$1.375 mil. Ambos os impactos foram devidamente reconhecidos no passivo e no resultado do exercício, resultando em um efeito líquido negativo de R\$568 mil. Adicionalmente, a Companhia está adimplente com as obrigações em 31 de dezembro de 2024.
- (b) Em 27 de agosto de 2024, a Companhia realizou a emissão de uma nova série subordinada de debêntures lastreadas em CRIs para colocação privada. Esta debênture possui cessão fiduciária e alienação fiduciária de 81,65% da fração ideal do imóvel, de propriedade da Almeida Junior Shopping Centers S.A., onde está construído o Joinville Garten Shopping, em Joinville. O Índice Financeiro deste contrato deve ser igual ou inferior a 4,75x. Não será caracterizado como um Evento de Vencimento Antecipado a não observância do Índice Financeiro se a Dívida Líquida se mantiver igual ou inferior a R\$1.225.000. Além deste *covenant* financeiro, outro indicador a ser avaliado trimestralmente é o Índice de Cobertura de Serviços de Dívida "ICSD" (média Fluxo de caixa livre / média das PMTs) mínimo de 1,25x.

A movimentação dos empréstimos e encargos de dívidas são conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Empréstimos e financiamentos:</u>		
Saldo inicial	196.332	202.921
Captações	50.000	-
Juros e atualizações monetárias	28.857	28.293
Amortização do principal*	-	(11.846)
Amortização dos juros	(17.333)	(23.036)
Saldo final	<u>257.856</u>	<u>196.332</u>

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

*A amortização extraordinária do principal, no montante de 8.206, sem impacto no caixa, em função da transação de venda de participação (vide notas 1b e 22).

Vencimento	R\$
2026	2.935
2027	13.562
2028	15.267
2029 em diante	223.100
	<u>254.864</u>

Capital de Giro

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	419	662
Juros e atualizações monetárias	26	92
Amortização do principal	(397)	(240)
Amortização dos juros	(48)	(95)
	<u>-</u>	<u>419</u>

11. Tributos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
PIS a pagar	56	50
Cofins a pagar	257	233
Imposto de renda de pessoa jurídica - IRPJ	-	182
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	1	67
Tributos parcelados	35	82
Outros	2	1
	<u>351</u>	<u>615</u>
Circulante	351	580
Não circulante	-	35

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

12. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
Ajuste do valor justo da propriedade para investimento	601.487	569.488
Alíquota de IR/CS diferido	34%	34%
	<u>204.506</u>	<u>193.626</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos no resultado	(10.880)	(15.690)

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos no passivo não circulante representam o efeito do reconhecimento das propriedades para investimento a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta um saldo de prejuízo fiscal e de bases negativas de contribuição social para os quais foi registrado provisão para não recuperabilidade do saldo no valor integral pela Companhia. Abaixo demonstramos os valores de prejuízos fiscais e bases negativas da Companhia:

	Prejuízo fiscal e bases negativas de contribuição social
31 de dezembro 2024	121.162
31 de dezembro 2023	119.222

O valor de ativo diferido sobre prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecido em 31 de dezembro de 2024, totaliza R\$ 41.195 (R\$ 40.535 em 31 de dezembro de 2023). O ativo diferido não foi registrado pela Companhia pois não há histórico recente de lucros tributáveis contra os quais os valores poderiam ser compensados. A Companhia também não registra os tributos diferidos sobre diferenças temporárias ativas, pelos mesmos motivos.

13. Provisão para contingências

A Companhia registra provisão para perdas para assuntos cujo risco seja avaliado por seus advogados como de perda provável, e que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

	31/12/2024	31/12/2023
Previdenciárias	1.455	1.164
Cíveis	255	465
	<u>1.710</u>	<u>1.629</u>

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

13. Provisão para contingências--Continuação

Causas com probabilidade de perda possível:

O Joinville Shopping Participações S.A. figura como parte em algumas causas cíveis, consideradas como usuais no curso normal dos seus negócios, não tendo sido nenhuma considerada como relevante, no montante de R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2024.

14. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito é de R\$ 198.046 (R\$ 196.386 em 31 de dezembro de 2023), totalmente integralizado, representado por 198.046.280 cotas de R\$ 1,00 (um real) cada.

	Ordinárias			
	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<u>Acionistas</u>				
Almeida Junior Shopping Centers S.A.	198.046.280	99,999999	196.386.235	99,999999
Jaimes Bento de Almeida Junior	1	0,000001	1	0,000001
Total das ações	<u>198.046.281</u>	<u>100,00</u>	<u>196.386.236</u>	<u>100,00</u>

Durante o exercício de 2024, ocorreu o aumento de capital no valor de R\$ 1.660, realizado por meio de integralização de AFAC, totalmente provenientes de adiantamentos efetuados em 2024.

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social, conforme legislação societária e estatuto social vigentes. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

14. Patrimônio líquido--Continuação

Dividendos

	Cálculo do dividendo	
	31/12/2024	31/12/2023
Resultado líquido do exercício	27.513	45.615
Reserva legal	(1.376)	(2.280)
Base de cálculo do dividendo mínimo	26.137	43.335
	25%	25%
Dividendo mínimo obrigatório	6.534	10.834
Dividendos proposto e pago antecipadamente	(77.254)	(22.178)
Saldo de dividendo distribuído antecipadamente	(77.254)	(22.178)
Saldo de dividendo a distribuir	-	-

Em 30 de abril de 2024, foi deliberado em Assembleia Geral Ordinária a aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2023, a face à apuração do lucro líquido no montante total de R\$ 45.614, a ser destinado da seguinte forma: o montante de R\$21.155, para a reserva de lucros a realizar, a distribuição de lucros no montante total de R\$ 22.178, sendo: R\$ 10.833, de dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício, R\$ 7.343, de dividendos de exercícios anteriores e R\$ 4.002, de dividendos antecipados, e o montante de R\$ 2.281, de Reserva Legal, sendo 5% sobre o lucro líquido do exercício.

15. Receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de locação	31.727	31.725
Cessão de direitos de uso e taxas de adesão	649	427
Outras receitas	-	3
Receita operacional bruta	32.376	32.155
Descontos e cancelamentos	(394)	(884)
Pis e Cofins	(2.958)	(2.893)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29.024	28.378

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

16. Custos operacionais

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços jurídicos	(128)	(144)
Outros custos	(108)	(64)
	<u>(236)</u>	<u>(208)</u>

17. Administrativas e gerais

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas comerciais	(988)	(1.280)
Taxa Administrativa	(230)	-
Outros serviços terceiros	(48)	(31)
Provisão para contingências	(81)	(490)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	183	(688)
	<u>(1.164)</u>	<u>(2.489)</u>

18. Despesas com vendas, administrativas e gerais

	31/12/2024	31/12/2023
<u>Despesas Administrativas e Gerais</u>		
Despesas com taxas, cartório e custas	(3)	(7)
Outras despesas	(55)	(6)
Custos sobre venda de imóvel*	-	(5.187)
	<u>(58)</u>	<u>(5.200)</u>

(*) Operação com venda de participação de imóveis ocorrida em dezembro de 2023, conforme descrito na Nota Explicativa 1.b e abertura abaixo:

	31/12/2023
Valor total da venda (Nota 1b)	18.261
Pis e Cofins	(1.689)
Baixa dos ativos vendidos (Nota 9)	<u>(21.759)</u>
	<u>(5.187)</u>

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

19. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Encargos com empréstimos e financiamentos	(28.857)	(28.293)
Perdas	(907)	(309)
Atualização passivos parcelados	(15)	(10)
Outras despesas	(436)	(672)
	<u>(30.215)</u>	<u>(29.284)</u>
Receita de aplicações financeiras	205	98
Juros recebidos	259	364
Outras receitas	294	288
	<u>758</u>	<u>750</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(29.457)</u>	<u>(28.534)</u>

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

O Joinville Shopping Participações mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações de 31 de dezembro de 2024 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas específicas.

A Companhia poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

Risco de crédito: é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento da inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de clientes realizando diversas ações de cobrança e possui ainda, a provisão para perda esperada para risco de crédito para fazer face ao risco de crédito.

Os valores contábeis dos principais ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros – Continuação

a. Gerenciamento de riscos--continuação

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	119	119	9.889	9.889
Contas a receber	6.902	6.902	6.838	6.838
	<u>7.021</u>	<u>7.021</u>	<u>16.727</u>	<u>16.727</u>

Risco de liquidez: é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Joinville Garten Shopping.

Risco de mercado: o risco de mercado surge da utilização de instrumentos financeiros que rendem juros. É o risco que o valor justo ou fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutuarão em virtude de alteração nas taxas de juros (risco de taxa de juros) ou outros fatores comerciais (risco de preço). Tal flutuação influencia diretamente na utilização destes recursos no decorrer dos projetos da Companhia.

Risco de taxa de juros: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuação nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas aos títulos de cessão descontados.

Risco operacional: é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez. Riscos operacionais surgem de todas as operações do Joinville Garten Shopping. O objetivo é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da mesma e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

b. Instrumentos financeiros – valor justo

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações de 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas específicas.

Para fins de divulgação, caso a Companhia tivesse adotado o critério de reconhecimento dos ativos e passivos pelo valor justo, teria apurado os seguintes valores:

Joinville Shopping Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

20. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros – Continuação

b. Instrumentos financeiros – valor justo--Continuação

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	119	119	9.889	9.889
Contas a receber	6.902	6.902	6.838	6.838
Contas a receber de partes relacionadas	3.041	3.041	2.753	2.753
Outros ativos	942	942	175	175
Fornecedores	760	760	221	221
Empréstimos e financiamentos	257.856	257.856	196.751	196.751
	<u>269.620</u>	<u>269.620</u>	<u>216.627</u>	<u>216.627</u>

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Contas a receber e fornecedores – Decorrem diretamente das operações do Joinville Garten Shopping, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

21. Seguros

Os valores segurados são determinados e contratados com bases técnicas e são considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com propriedades para investimentos.

22. Transações que não afetam caixa

Durante o exercício findo de 31 de dezembro 2023, a Companhia efetuou curtas transações que impactaram os saldos patrimoniais sem ter impacto caixa.

As transações estão abaixo sumariadas:

	31/12/2023
<u>Movimentações de Ativo e Passivo</u>	
Propriedades para investimento (nota 9)	(8.206)
Debêntures (Amortização de debêntures - principal) (nota 9)	<u>8.206</u>
	<u>-</u>